

Tópicos de correção

I

Responda sucinta, mas fundamentadamente, às seguintes questões, sem deixar de identificar as disposições jurídicas que considere relevantes. [3 x 3 = 9 valores]

1. [...]

*Noção de receitas públicas e sua classificação. Tipos de receitas tributárias e de receitas patrimoniais. Caracterização dos impostos sobre o património como receita tributária.*

2. [...]

*Descrição do regime transitório de execução orçamental (artigo 58º da Lei de Enquadramento Orçamental). A prorrogação da vigência da lei do Orçamento do Estado enquanto exceção ao princípio da anualidade orçamental; delimitação do âmbito da prorrogação. Caracterização do regime duodecimal de execução das despesas públicas durante o período transitório. Ausência de previsão constitucional quanto a possíveis consequências jurídico-políticas.*

3. [...]

*Referência ao âmbito de competência do Tribunal de Contas. Suscetibilidade de sujeição de uma empresa de natureza privada à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro por parte do Tribunal de Contas, tendo em conta o critério objetivo adotado pelo legislador. Referência ao nº 3 do artigo 2º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e sua interpretação.*

II

Suponha que a Lei do Orçamento do Estado aprovada para este ano contém no seu articulado, entre outras, as seguintes disposições: [2 x 3 = 6 valores]

[...]

Identifique e caracterize as situações apresentadas em (apenas) **duas** das alíneas, à luz da matéria estudada em Finanças Públicas, indicando, sempre que se justifique, as disposições jurídicas relevantes

a) [...]

*Problemática dos bens públicos e seu financiamento; as funções financeiras do Estado segundo Musgrave (maxime: a função de alocação de recursos). Reflexão, à luz da Constituição (artigo 76º), sobre as diferentes possibilidades de financiamento do ensino superior suscitadas pela hipótese e seu impacto nas Finanças Públicas;*

b) [...]

*O princípio da discriminação orçamental e a regra da não consignação (artigo 16.º da LEO). Problematização em torno da existência de uma violação desta regra, uma vez que se trata, aparentemente, de uma “taxa”. Caracterização da taxa enquanto receita tributária e seus elementos essenciais. A insuficiente discriminação da “contrapartida por parte das entidades que participem na cobrança da taxa” como possível violação da regra da especificação. Disposições legais e constitucionais aplicáveis;*

c) [...]

*Regime das revisões orçamentais e das alterações orçamentais. Confronto da hipótese com os artigos 59º e 60º da LEO. A incompetência do Governo para introduzir modificações que consistam na alteração de programas orçamentais que acarretem o aumento dos compromissos do Estado ou que envolvam um acréscimo dos limites de endividamento líquido autorizado. A necessidade de autorização da Assembleia da República enquanto corolário do princípio da democracia financeira.*

### III

[...]

[5 valores]

Comente, crítica e fundamentadamente, [...].

*Identificação do problema suscitado no excerto e sua relação com as Finanças Públicas. A distinção entre impostos de taxa proporcional e impostos de taxa progressiva e sua exemplificação no sistema fiscal português. Discussão em torno dos princípios da igualdade e da justiça fiscal. Referência aos artigos 103.º e 104.º da Constituição.*